

## Categoria aprova estado de greve e calendário de mobilização

*'Se o Estado não paga o que nos deve, o nosso estado é de greve!'. Este foi o mote aprovado na assembleia, em conjunto com ações encaminhadas pelo Conselho*

Mesmo tendo uma série de escolas funcionando neste sábado, em vista de reposições e outras atividades, mais de 600 professores(as) e funcionários(as) de escolas participaram da assembleia extraordinária da APP-Sindicato na manhã do último sábado (25), em Curitiba, na sede social do Paraná Clube. As principais ações aprovadas – por unanimidade – foram o estado de greve e uma grande paralisação no dia 30 de agosto.



Foto: APP-Sindicato

A depender do cenário e das futuras negociações, esta medida pode resultar em uma nova greve. Representações de todo o Paraná tomaram parte do debate que teve como objetivo, de acordo com o presidente da entidade, professor Hermes Silva Leão, avaliar o que deve ser feito diante do atual cenário. "Tivemos um Conselho Estadual com bastante análise, reflexão e unidade nos encaminhamentos. E, hoje, ratificamos esta ponderação. Assim, saímos muitíssimo bem orientados sobre os próximos passos que adotaremos nessa conjuntura desafiadora no nosso Estado, no nosso país e no mundo todo. É um calendário que vai exigir muito empenho para que reforçemos a linha de defesa aos nossos direitos de carreira e da escola pública no Brasil", afirmou Hermes. Ele também fez um breve relato da última reunião de nego-

ciação com o governo do Estado.

No início da manhã, foi feita uma homenagem aos(às) educadores(as) mortos(as) e presos(as), no México, no dia 19 de junho. Além disso, aos três educadores(as) paranaenses falecidos(as) recentemente: professor Orley Villa, professor Johnny Marcelo Araújo e a professora Simone Maria Teles de Meira. Em respeito à memória destes(as) educadores(as), os(as) participantes da assembleia levantaram-se e bradaram 'presente' em nome de cada um. Nos informes feitos, a seguir, foram lembrados os(as) educadores(as) da rede estadual de ensino do Rio de Janeiro, que estão em greve há mais de 120 dias. Além disso, comunicado pela secretária de Formação da APP e diretora nacional da CUT, professora Janeslei Albuquerque, que educadores(as) tanto no Rio

Grande do Sul, como no Rio de Janeiro, estão sendo penalizados com cortes nos salários por conta da luta na defesa de direitos. O secretário de Municipais da APP, professor Celso José dos Santos, relatou a luta que a APP faz junto às redes municipais, pois representa mais de 200 municípios em negociações com os Executivos locais, e, por fim, informou sobre a realização do XVII Fórum de Controle e Financiamento da Educação, nos dias 30 de junho e 1º de julho, na Lapa. "Este é um momento muito importante, no qual temos acesso aos dados sobre o financiamento", ressaltou.

A secretária de Finanças da APP, professora Marlei Fernandes de Carvalho, falou sobre as negociações ocorridas no âmbito do Fórum das Entidades Sindicais e governo do Estado. Ela salientou que a dívida do governo não é

somente com a Educação, mas com todas as categorias. "Somos mais de 240 mil servidores. Deste total, 60% somos nós, da Educação. Mensalmente, temos nos reunido com o secretário da Administração, que representa o governo para todos os servidores públicos do Paraná. Na última reunião, atendendo a um pedido do Fórum, a Seap entregou uma planilha descrevendo com todas as dívidas sobre os atrasados das promoções e progressões, como também as demandas sobre os concursos públicos. Até o momento, o governo deve R\$ 325 milhões a todas as categorias. Sendo mais de R\$ 262 milhões em promoções e progressões para professores e funcionários de escolas. Destes valores, estão acumulados pouco mais de 102 milhões de dívidas, até junho de 2016, com os funcionários e quase R\$ 160 milhões aos professores. E o secretário Reinhold Stephanes deixou claro, na última reunião, que o governo não tem nenhuma precisão de realisar estes pagamentos", disse. Ela também informou que no próximo dia 28 haverá uma reunião do FES para tirar, em nível dos 22 sindicatos que integram a entidade, uma pauta de mobilização.

**Veja mais detalhes no site da APP-Sindicato:**  
[www.appindicato.org.br](http://www.appindicato.org.br)

## Beto Richa desconta salário de educadores e educadoras

O dia 29 de abril de 2015 ficou marcado na história do Paraná pela violência com que o governo do Estado tratou educadores(as) desarmados(as). Com bombas e um aparato policial exagerado, atacou quem se manifestava contra um projeto de lei que retirava direitos dos(as) servidores(as).

Um ano depois, os(as) mesmos(as) educadores(as) foram às ruas para relembrar a data e mandar um evidente recado ao governador: violência nunca mais! Além disso, cobraram o pagamento de milhões de reais em salários devidos desde 2015.

A resposta do governador foi ainda mais violenta. Para prejudicar os(as) trabalhadores(as) da educação e os(as) estudantes decidiu pelo desconto do dia de trabalho nos salários. Vale lembrar que todas as mobilizações e paralisações, inclusive a greve do ano passado que durou mais de dois meses, foram repostas com os(as) estudantes garantindo-lhes o direito aos conteúdos.

A APP-Sindicato solicitou em diversas mesas de negociação que a falta fosse retirada. "Para além do prejuízo financeiro e na carreira dos educadores, tem o prejuízo aos/as estudantes, pois os 200 dias letivos previstos em lei não serão cumpridos já que o dia foi descontado", afirma o presidente da entidade, professor Hermes Leão.

No último sábado (25), a categoria em assembleia, provou que não irá abrir mão de lutar pelos seus direitos. "Não é só por uma falta. São mais de 300 milhões que o governo nos deve em salários, além de problemas

sérios de infraestrutura nas escolas", ressaltou Leão. Segundo o presidente, a ofensiva do governo sobre a categoria não contribuiu para o diálogo, pois nenhum(a) educador(a) se negou a repor. Outro destaque do professor é que somente os(as) trabalhadores(as) da educação tiveram desconto nos salários e isso caracteriza uma prática antissindical e assédio moral. "A paralisação foi uma deliberação coletiva da categoria em assembleia e o governo optou por interromper o diálogo e lançar a falta. Não aceitaremos", finaliza Hermes.

**LDB** – a Lei de diretrizes e Bases da Educação (9394/96), em seu artigo 24 estabelece a carga horária mínima de 800 horas distribuídas em 200 dias letivos durante o ano letivo. Quando o Estado resolve descontar o dia de paralisação ao invés de proporcionar aos estudantes a reposição do dia letivo ele deixa de cumprir a legislação federal.

**Requerimento** – A APP-Sindicato orienta que cada educador(a) deve protocolar no núcleo regional de educação com solicitação da restituição dos valores e anulação da falta. A justificativa é de que a paralisação foi deliberação de assembleia da categoria. Em algumas escolas, o Conselho Escolar já se reuniu e deliberou pela reposição do dia letivo e a ata poderá ser anexada no requerimento.

**Ação Judicial** – A direção da APP-Sindicato ainda busca uma saída a partir do diálogo, porém não descarta ação na justiça para revogar o lançamento da falta.